

Diário do Legislativo de 08/03/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 12ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 20ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.3 - 21ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.4 - 22ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.5 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/3/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e cartão - Questão de ordem - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.133 a 2.139/2008 - Requerimentos nºs 1.971 a 2.007/2008 - Requerimento da Deputada Gláucia Brandão - Comunicações: comunicações das Comissões de Saúde, de Segurança Pública, de Turismo, de Cultura, de Assuntos Municipais e do Trabalho - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Doutor Viana, Weliton Prado, André Quintão e Carlin Moura - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Requerimento do Deputado Adalclever Lopes; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para

proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado João Leite, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Getúlio Neiva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 570/2007, em atenção a pedido da Comissão de Justiça.(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 570/2007.)

Do Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 850 /2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Luiz Antônio Chaves, Diretor-Geral do Iter, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.773/2008, da Comissão de Participação Popular.

Dos Srs. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da Cemig, Fábio Santos Dutra, Presidente do CBH Paraopeba, e Jueli Cardoso Jordão, Presidente do CBH Paracatu, em atenção ao Ofício nº 2.792/2007/SGM, indicando representantes dessas entidades para compor o grupo técnico de apoio ao planejamento e execução das ações da Cipe-São Francisco. (- À Cipe São Francisco.)

Do Sr. Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Unimontes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.693/2007, da Comissão de Educação.

Do Sr. Frederico César Silva Melo, Subsecretário de Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.624/2007, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Paulo Antônio M. Avelar, Subsecretário de Obras Públicas (4), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.633, 1.662 e 1.665/2007, da Comissão de Participação Popular, e 1.494/2007, do Deputado Weliton Prado.

Do Sr. Dimas Wagner Lamounier, Superintendente Regional da CEF, informando que foi firmado contrato de repasse de recursos do Orçamento Geral da União entre a CEF e a Emater e prestando esclarecimentos sobre determinados pontos do referido contrato. (- À Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente do Crea-MG , encaminhando exemplares da cartilha explicativa sobre Bonificação e Despesas Indiretas no Orçamento. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Murilo Andrade de Oliveira, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas, da Subsecretaria de Administração Prisional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.695 /2007, da Comissão de Direitos Humanos.

CARTÃO

Da Sra. Valéria Simenov Thome, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura, encaminhando exemplar do "Plano Agrícola 2007/2008 - Desenvolvimento e Inclusão Social Mais Uma Vez Colhidos Juntos". (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Questão de Ordem

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Presidente. Gostaria de noticiar à Casa que ontem apresentamos, na Comissão de Turismo, requerimento oferecendo total apoio à Frente Parlamentar em Defesa do Setor Têxtil, a qual será instalada na Câmara Federal sob o comando do Deputado mineiro José Fernando, dando, acima de tudo, o testemunho maior dos empresários para garantir a frente parlamentar. Minas Gerais, sem dúvida alguma, tem feito sua parte. Desde que assumimos a Assembléia Legislativa, temos contribuído muito, assim como toda esta Casa, com as ações governamentais. Ultimamente, graças às emendas de nossa autoria, as quais foram aprovadas pelos pares desta Assembléia e sancionadas pelo Governador, tivemos a redução também da carga do setor têxtil, cama, mesa e banho, que, com certeza, além de gerar emprego, dará uma importante visão para todo o Estado de Minas Gerais, hoje celeiro do setor têxtil do Brasil. O requerimento aprovado ontem é uma moção de apoio à Frente Parlamentar em Defesa do Setor Têxtil. Estamos estudando para criar em Minas Gerais, e não poderia ser diferente, a frente parlamentar mineira, muito embora esse projeto já tenha sido iniciativa do Deputado José Fernando, por meio da Câmara Federal. Então quero registrar o nosso apoio, as nossas homenagens ao Sr. Aguinaldo Diniz, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit -, que, por longos anos, esteve à frente do setor têxtil mineiro e hoje, pelo conhecimento e principalmente pela sua identidade como grande empresário voltado ao setor têxtil, representa toda a Federação. Tenho certeza de que esta Casa não faltará com as ações que se fizerem necessárias junto às ações do governo. Minas já fez a sua parte. O Governador Aécio, com sua inteligência, tem mobilizado a Secretaria de Fazenda, o Indi, o BDMG, para proporcionar mecanismos especiais a essas indústrias. Com essa Frente Parlamentar em Defesa do Setor Têxtil do Brasil, vejo que oxigenaremos as indústrias, e Minas Gerais terá vez e voz junto ao governo, para que as ações do setor têxtil sejam a alavanca do desenvolvimento, geradoras e propulsoras do trabalho e da renda de Minas Gerais. Obrigado.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.133/2008

Autoriza o Estado de Minas Gerais a fazer reveter imóvel ao Município de Caiana

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Estado de Minas Gerais autorizado a fazer reverter ao Município de Caiana o imóvel constituído de um terreno rural medindo 316,50m² (trezentos e dezesseis vírgula cinqüenta metros quadrados), situado na Rua Augusto da Silva Fabricante, no Município de Caiana, conforme Matrícula nº 2.798, a folhas 2.348, do Livro 2 do 1º Cartório de Registro Geral de imóveis da Comarca de Carangola.

Art 2º - O imóvel descrito no art. 1º será destinado a uma unidade de saúde pública.

Art 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2008.

Adalclever Lopes

Justificação: O imóvel foi doado ao Estado de Minas Gerais pelo Município de Caiana em 1º/8/80 e até a presente data não foi por aquele utilizado. O Município de Caiana pretende instalar uma unidade de saúde pública, contando já com recursos públicos federais alocados para a construção e equipamento do posto de saúde; necessita, entretanto, do título de propriedade, para a assinatura do convênio.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.134/2008

Altera o art. 8º da Lei nº 10.501, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art.1º - O art. 8º da Lei nº 10.501, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 26 (vinte e seis) membros que representarão, paritariamente, o poder público e a sociedade civil. Passam a integrar a representação do poder público no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, a Secretaria de Estado de Cultura e a Secretaria de Estado de Governo." .

Sala das Reuniões, 6 de março de 2008.

Ademir Lucas

Justificação: Os arts. 227 da Constituição da República de 1988, 222 da Constituição do Estado, 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13/7/90 - e arts. 1º, I, e 2º da Lei Estadual nº 10.501, de 17/10/91, definem, com objetividade e clareza, as áreas dos direitos da população infanto-juvenil referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

São essas as áreas mínimas constitutivas do elenco dos Direitos da Infância e da Juventude. Nesse elenco, se encontram o esporte, o lazer e a cultura.

Por força da Lei Delegada nº 112/2007 (art. 18, VIII) e do art. 2º da Lei Delegada nº 121/2007, o esporte, o lazer e o protagonismo juvenil estão nas finalidades e competências da Secretaria de Esportes e da Juventude, além de matéria anti-drogas, e da Fundação Caio Martins.

A matéria das atribuições da Secretaria de Esportes e da Juventude, por si só, justifica a integração dessa Secretaria ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA.

Outra Secretaria, que por sua finalidade e competência (art. 2º da Lei Delegada nº 116/2007) deve compor o CEDCA é a Secretaria da Cultura.

A integração das Secretarias de Estado acima mencionadas tem parâmetro na estrutura do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda -, (art. 3º do Decreto Federal nº 5.089, de 20/5/2004), que define a composição do colegiado nacional com 28 membros, pela natureza de suas atribuições, trazendo para o Conselho, juntamente com os demais órgãos governamentais de políticas sociais básicas, maior legitimidade, em harmonia com os princípios constitucionais do Estado brasileiro.

Com isso, cresce a participação dos órgãos públicos das áreas específicas dos direitos das crianças e participação popular para atender a paridade da lei federal sem gerar nenhum ônus para o erário público.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.135/2008

Declara de utilidade pública Associação Comunitária Rural de Monte Sião e Adjacências, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Monte Sião e Adjacências, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2008.

Luiz Tadeu Leite

Justificação: A Associação Comunitária Rural de Monte Sião, em Montes Claros, está em funcionamento desde 15/12/88 e tem por finalidade buscar recursos para a comunidade nos âmbitos municipal, estadual e federal, canalizando-os para o combate à fome, aos efeitos da natureza e da seca sobre o ser humano, à proteção da saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, à assistência médica e odontológica; buscando melhores condições de vida para os cidadãos montes-clarenses.

A Associação, no desenvolvimento de suas atividades, não faz discriminação de raça, cor, sexo nem religião.

Com base no exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.136/2008

Declara de utilidade pública a entidade AME - Associação Mensagem de Esperança, com sede no Município de Muriaé.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade AME - Associação Mensagem de Esperança, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2008.

Bráulio Braz

Justificação: A AME, fundada em 2/10/2005, é uma entidade de caráter beneficente, social e educacional, voltada para todas as faixas etárias. Ela tem como finalidades principais: criar, manter e desenvolver estabelecimentos de ensino secular e teológico, bem como cursos profissionalizantes de caráter prático e técnico; fundar e manter creches, institutos de reeducação e casas de recuperação para dependentes químicos; fundar, auxiliar e apoiar sociedades beneficentes e asilos; prestar assistência relativa à saúde, alimentação, instrução, encaminhamento profissional e social de detentos, favelados, viciados, imigrantes e migrantes, sem nenhuma discriminação; promover encontros, congressos e simpósios, divulgando-os através dos veículos de comunicação, visando o aprimoramento de sua atuação; participar da assistência às vítimas de calamidades públicas, colaborando com os órgãos governamentais e comunitários.

Sendo meritório e de relevância social o seu trabalho, contamos com a anuência dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.137/2008

Declara de utilidade pública a Associação Pescadores de Homens - Apesho -, com sede no Município de Dolores de Campos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Pescadores de Homens - Apesho -, com sede no Município de Dolores de Campos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2008.

Eros Biondini

Justificação: A Associação Pescadores de Homens, entidade sem fins lucrativos do Município de Dolores de Campos, tem como finalidade promover a recuperação de dependentes químicos por meio da medicina convencional, psicologia e promoção humana.

Assim, envida esforços para apoiar os que querem se livrar da dependência, reintegrando-os no convívio da família e da comunidade.

Contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.138/2008

Assegura ao servidor público da administração direta e indireta, das autarquias e fundações do Estado o direito de escolha da instituição financeira onde serão depositados os seus vencimentos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica assegurado ao servidor público da administração direta e indireta, das autarquias e fundações do Estado o direito de escolha da instituição financeira onde serão depositados os seus vencimentos.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto no "caput" deste artigo ao pagamento das pensões, das aposentadorias e dos serviços contratados pela administração pública.

Art. 2º - O servidor poderá optar, a qualquer tempo, pela instituição financeira que melhor lhe convier, mediante aviso ao órgão pagador no prazo de trinta dias anteriores à data de depósito do pagamento.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2008.

Leonardo Moreira

Justificação: A legislação sobre o pagamento dos salários dos servidores públicos do Estado configura uma flagrante violação do direito individual.

O propósito do projeto de lei que apresentamos é restituir ao servidor o direito de escolher onde manterá sua conta corrente.

A atribuição ao Estado do direito de escolha da instituição financeira em que o servidor receberá sua remuneração causa uma série de distorções no mercado bancário. A mais importante delas é o aumento descabido do poder de mercado dos bancos, que, protegidos pelo mercado cativo que os servidores representam, sentem-se à vontade para exorbitar nas tarifas e no "spread" praticado em seus empréstimos. Para fortalecer ainda mais essa vantagem, os bancos costumam adotar a artimanha de cobrar tarifas elevadas de transferência interbancária, de forma a desestimular a migração de seus clientes.

Somadas, essas duas condições geram um mercado de crédito oligopolista, que privilegia o banco, em detrimento do cliente. A introdução de maior concorrência entre os bancos reduzirá as tarifas e o "spread" bancário, atendendo a antiga e justa reivindicação da população. É importante perceber que essa medida não afetará a saúde dos bancos, que já têm apresentado lucros muito acima do razoável, mesmo porque a concorrência nunca levou nenhum setor da economia à bancarrota. Pelo contrário, a concorrência saudável só contribui para fortalecer o sistema econômico.

Acreditando que a proposição contribuirá para se fazer justiça aos servidores e ampliar a concorrência no setor bancário, estamos confiantes de que a matéria contará com o valioso apoio dos senhores Deputados membros desta casa de leis.

A apresentação desta proposição objetiva garantir o direito de escolha do servidor quanto ao banco pelo qual pretende passar a receber seus proventos.

Não é mais possível compelir o servidor a receber por esta ou aquela instituição financeira, quando lutamos pela liberdade em seu sentido amplo: dar ao servidor o direito de ser um cidadão pleno.

Deve-se ressaltar que, com o avanço tecnológico dos bancos, com um simples comando é possível depositar, imediatamente, na conta e no banco que porventura o servidor tiver escolhido, não havendo, portanto, a necessidade de centralizar os depósitos numa só instituição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.139/2008

Dispõe sobre a instituição de comissão de transição pelo candidato eleito para o cargo de Governador do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ao candidato eleito para o cargo de Governador do Estado é facultado o direito de instituir comissão de transição que terá pleno acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do governo estadual.

§ 1º - A comissão de transição será composta por dez membros indicados pelo candidato eleito e terá um coordenador, a quem competirá requisitar as informações dos órgãos e das entidades da administração pública estadual.

§ 2º - A comissão de transição poderá ser indicada até dez dias após divulgado oficialmente o resultado das eleições.

Art. 2º - A comissão de transição tem por objetivo inteirar-se do funcionamento dos órgãos e das entidades da administração pública estadual e preparar os atos de iniciativa do novo Governador, a serem editados imediatamente após a posse.

Art. 3º - Os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública estadual ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pela comissão de transição, bem como a prestar-lhe os apoios técnico e administrativo necessários.

Art. 4º - Os membros da comissão de transição não serão remunerados.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2008.

Rômulo Veneroso

Justificação: O objetivo desta proposição é proporcionar ao candidato eleito para o cargo de Governador do Estado maior acesso às informações necessárias à implementação do seu programa de governo, mediante requisição de documentos acerca da situação financeira, orçamentária, contábil, organizacional, operacional e patrimonial do Estado, nos moldes já implantados em nível federal através da Lei nº 10.609, de 20/12/2002.

A possibilidade de constituição de comissão de transição reflete a busca da superação de eventuais dificuldades oriundas do processo eleitoral, em prol da democracia.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REquerimentos

Nº 1.971/2008, do Deputado Roberto Carvalho, em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja concedido o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao músico Ronaldo Bastos. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 1.972/2008, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja formulado apelo ao Governo do Estado com vistas à convocação da I Conferência Estadual de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 1.973/2008, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Rádio Cultura de Sete Lagoas pelas comemorações dos seus 60 anos de fundação. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 1.974/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Educação com vistas a que sejam oferecidos aos alunos da rede pública estadual serviços públicos como confecção de carteira de identidade e de trabalho, entre outros.

Nº 1.975/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Desenvolvimento Social com vistas a que as oficinas de empreendedorismo e de educação para a cidadania sejam consideradas prioridades na Ação 1051 - Realização das Atividades Complementares -, constante do Programa Estruturador Poupança Jovem.

Nº 1.976/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Educação com vistas à recuperação e adaptação das antigas escolas polivalentes, para que possam sediar os cursos técnicos a que se refere o Programa Estruturador Ensino Médio Profissionalizante. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.977/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Educação com vistas a que, juntamente com os demais órgãos da administração pública, sejam firmadas parcerias com a iniciativa privada, com o objetivo de absorver alunos oriundos do ensino médio profissionalizante. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 1.978/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Desenvolvimento Social com vistas à instalação de equipamentos esportivos e de lazer em espaços públicos.

Nº 1.979/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Desenvolvimento Social com vistas à promoção do tênis de mesa nas escolas e nas praças públicas.

Nº 1.980/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Esporte com vistas a que as ações do Programa Estruturador Minas Olímpica sejam oferecidas com responsabilidade, qualidade e competência profissional e que se conscientizem os participantes sobre o fato de que as atividades visam à melhor qualidade de vida e à longevidade.

Nº 1.981/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Esporte com vistas a que, no Programa Estruturador Minas Olímpica, sejam oferecidos equipamentos para as federações, a fim de desenvolver o esporte de formação e de competição.

Nº 1.982/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Educação com vistas a que colabore na realização do 4º Congresso da Associação Metropolitana dos Estudantes - Ames-BH. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.983/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas a que seja garantido à gestante ter o parto realizado pelo mesmo médico que a acompanhou no pré-natal.

Nº 1.984/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde de Ouro Preto com vistas à expansão e estruturação do serviço de atenção básica à saúde, de acordo com a estratégia do Programa de Saúde da Família.

Nº 1.985/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde de Araçuaí com vistas à implantação de um posto de saúde na Comunidade do Barreiro. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 1.986/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Subsecretário de Assistência Social com vistas à implantação de centro-dia no Município de Frutal, para o acolhimento do idoso. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 1.987/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde de Belo Horizonte com vistas à ampliação da rede básica de saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nº 1.988/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde de Belo Horizonte com vistas à implantação de maternidade no Bairro Barreiro.

Nº 1.989/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas à implantação de centro de ortopedia e fisioterapia no Hospital Júlia Kubitschek.

Nº 1.990/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas à implantação de casas de apoio nos Municípios que são pólos de macrorregião ou de microrregião e que recebem grande número de pacientes encaminhados pelos Municípios vizinhos, para pernoite dos usuários do SUS.

Nº 1.991/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde de Frutal com vistas à realização de estudos sobre a necessidade da implantação de mais uma UTI no Município e, caso a necessidade se confirme, seja a demanda encaminhada à Comissão Intergestores Bipartite, da Secretaria de Estado de Saúde, para avaliação e deliberação. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 1.992/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas a que clubes, ligas e federações esportivas sejam beneficiários do apoio previsto pela Ação nº 4270 do PPAG. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.993/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo aos Secretários de Estado de Saúde e Municipal de Saúde de Belo Horizonte com vistas à fiscalização mais constante do Serviço de Vigilância Sanitária nos frigoríficos da Capital. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 1.994/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Desenvolvimento Econômico com vistas à dinamização do trabalho desenvolvido pela Central ExportaMinas por meio das estratégias que enumera. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 1.995/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Fazenda com vistas à implantação de agência fazendária nas dependências do Aeroporto Regional da Zona da Mata. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 1.996/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Ciência e Tecnologia com vistas à aprovação de projetos de prototipagem e à pré-incubação de tecnologias no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.997/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Diretor-Geral do IEF com vistas à maior participação dos Municípios na Ação nº 4060 - Fortalecimento da Gestão das Unidades de Conservação, do Programa nº 109 - Proteção da Biodiversidade e Unidades de Conservação.

Nº 1.998/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Meio Ambiente com vistas à criação de novas unidades do Centro Mineiro de Referência de Resíduos. (- Distribuídos à Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 1.999/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Desenvolvimento Regional com vistas à coleta de sobras de material de construção e ao processamento de restos de demolição, com o fim de utilizar o material obtido no Programa Lares Geraes. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 2.000/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Ouvidor-Geral do Estado e ao Secretário de Meio Ambiente com vistas à criação de ouvidorias ambientais especializadas em cada uma das agendas ambientais do Estado.

Nº 2.001/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Meio Ambiente com vistas à apuração das denúncias de crimes ambientais.

Nº 2.002/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Meio Ambiente com vistas à destinação de recursos para a realização de projetos de preservação e conservação do meio ambiente e a aquisição de veículos para as secretarias municipais do meio ambiente.

Nº 2.003/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Meio Ambiente com vistas ao estímulo à utilização de sistemas agroflorestais na implantação de corredores ecológicos. (- Distribuídos à Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.004/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas à implantação de centro de referência de atenção à saúde do idoso - Centro Mais Vida - na Macrorregião Triângulo do Sul. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 2.005/2008, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Educação com vistas a que oriente os professores da rede pública a motivar os alunos a participar das aulas de educação física. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.006/2008, da Comissão de Transporte, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas à reforma e recuperação da ponte sobre o Ribeirão da Ilha, localizada na MG-202, no trecho entre o Distrito de Sagarana, Município de Arinos, e Uruana de Minas.

Nº 2.007/2008, da Comissão de Transporte, em que solicita seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que autorize a empresa de transporte Gontijo a fazer o percurso compreendido entre a sede do Distrito de Contrieira até o trevo, na Rodovia MG - 496, em suas linhas regulares Belo Horizonte - Pirapora, bem como a estipular um ponto de embarque e desembarque de passageiros no Distrito mencionado.

Da Deputada Gláucia Brandão em que solicita seja realizado evento em comemoração ao centenário de morte de Machado de Assis e de nascimento de Guimarães Rosa e de Lúcia Casasanta. (- À Mesa da Assembléia.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Saúde, de Segurança Pública, de Turismo, de Cultura, de Assuntos Municipais e do Trabalho.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Doutor Viana, Weliton Prado, André Quintão e Carlin Moura proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.006 e 2.007/2008, da Comissão de Transporte. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Saúde - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 5/3/2008, dos Requerimentos nºs 1.869/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.883/2008, do Deputado Gustavo Valadares; de Segurança Pública - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 5/3/2008, dos Requerimentos nºs 1.844 e 1.845/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.848/2008, do Deputado Delvito Alves; e rejeição do Requerimento nº 1.680/2007, da Comissão de Educação; de Turismo - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 5/3/2008, dos Requerimentos nºs 1.871/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.884/2008, do Deputado Jayro Lessa, e 1.888/2008, do Deputado Bráulio Braz; de Cultura - aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária, em 5/3/2008, do Projeto de Lei nº 1.938/2007, do Deputado Juninho Araújo; de Assuntos Municipais - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 5/3/2008, dos Requerimentos nºs 1.867 e 1.868/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 1.872/2008, do Deputado Doutor Viana; 1.889 e 1.890/2008, do Deputado Chico Uejo; e do Trabalho - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 5/3/2008, dos Projetos de Lei nºs 1.184/2007, do Deputado Célio Moreira; 1.405 e 1.576/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 1.592/2007, da Deputada Rosângela Reis; 1.728/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 1.735/2007, do Deputado Inácio Franco; 1.755/2007, da Deputada Rosângela Reis; 1.861/2007, do Deputado Bráulio Braz; 1.863/2007, do Deputado Célio Moreira; 1.869/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.882/2007, do Deputado José Henrique; 1.883/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.889/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 1.896, 1.897 e 1.899/2007, do Deputado Roberto Carvalho; 1.901/2007, do Deputado Wander Borges; 1.905/2007, do Deputado Durval Ângelo; 1.906/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.907/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.910 e 1.913 a 1.915/2007, do Deputado Getúlio Neiva; 1.918 a 1.920, 1.922 e 1.923/2007, do Deputado Paulo Guedes; 1.926/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.929/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.936/2007, da Deputada Gláucia Brandão; 1.937/2007, do Deputado Juninho Araújo; 1.946/2007, da Deputada Rosângela Reis e 1.947/2007, do Deputado Wander Borges; e dos Requerimentos nºs 1.857/2008, do Deputado Bráulio Braz; 1.864 e 1.894/2008, do Deputado Jayro Lessa (Ciente. Publique-se.).

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Adalclever Lopes, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.604, 1.631, 1.632 e 1.817/2007, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 6/8/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda., tendo como objeto a aquisição de impressora - parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 072/2006, Adesão à Ata de Registro de Preços 94/2006 da Justiça Federal de Santa Catarina, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Máxima Net Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de instalação, desativação e mudança de 30 pontos mensais da rede corporativa da contratante - parecer favorável à contratação, resultante do Pregão Eletrônico nº 032/2007 - Processo Licitatório nº 037/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo

contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa e Fabiana de Menezes Soares, tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica na área de legística, bem como suporte à atuação dos setores e servidores envolvidos com os diversos projetos e ações da Casa relacionados a esse tema – parecer favorável à contratação, feita com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Danka do Brasil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de cópias xerográficas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Superview Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da contratante, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação – parecer favorável à concessão de reajuste salarial e abono às categorias de jornalistas e radialistas, conforme dissídio coletivo, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de João Pinheiro, tendo como objeto a doação de um microcomputador inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, a partir de 21/7/92, a servidora Euna Britto de Oliveira, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, ficando retificado o Ato da Mesa publicado no Minas Gerais de 29/8/92. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 13 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa, 13 de agosto de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 13/8/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Escola Estadual Professor Elídio Duque, de Salinas, tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Hewlett Packard Brasil Ltda., tendo como objeto a aquisição de cento e cinquenta microcomputadores e prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia – parecer favorável à contratação, conforme adesão da Contratante à Ata de Registro de Preços nº 53/2006, com base no Pregão Eletrônico nº 019/2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguintes ato: aposentando, a pedido, a partir de 26/8/91, o servidor Dilson Procópio de Andrade, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, ficando retificado o Ato de Mesa publicado no Minas Gerais de 20/9/91. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 20 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa, 20 de agosto de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 20/8/2007

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, considerando os termos do Parecer nº 4925/2007 da Procuradoria-Geral da Casa e a Ata da 80ª Reunião do Pregoeiro e Equipe de Apoio, decide revogar a decisão do Presidente e do 1º-Secretário à folha 131 do Processo Licitatório de nº 040/07, relativo ao Pregão Presencial nº 033/2007, que tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos gráficos. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a AMC Informática Ltda., tendo como objeto a compra de vinte e cinco impressoras laser Lexmark, e vinte e cinco cartuchos de toner – parecer favorável à contratação, feita mediante adesão à Ata de Registro de Preços 41/2006-JFPE, oriunda do Pregão Presencial 38/2006, da Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 27 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa, 27 de agosto de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Cultura NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/2/2008

Às 15h03min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Dimas Fabiano e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dimas Fabiano, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e passa a palavra à Deputada Maria Lúcia Mendonça que comunica a publicação do Edital do Fundo Estadual de Cultura, para 2008, que totaliza R\$24.500.000,00 de recursos neste ano, para o apoio financeiro às ações e projetos que visam a criação, preservação e divulgação de bens e manifestações culturais no Estado. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 1.938/2007 em turno único (Deputada Maria Lúcia Mendonça). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.748 e 1.772/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Dimas Fabiano - Wander Borges.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/2/2008

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento do livro intitulado "O Livro Negro da Previdência Social", entregue pela Secretária-Geral da Mesa. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.901, 1.914/2007 (Deputado Walter Tosta); 1.926, 1.937, 1.947/2007 (Deputado Domingos Sávio); 1.728, 1.929 e 1.946/2007 (Deputada Elisa Costa); 1.735 e 1.936/2007 (Deputado Antônio Carlos Arantes), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.401, 1.814/2007, este com a Emenda nº1 (relator: Deputado Domingos Sávio); e 1.860/2007 (relatora: Deputada Elisa Costa), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.776, 1.779 e 1.780/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública para discutir as consequências da extinção do Programa Mocatú e colher informações da Subsecretaria de Assistência Social sobre os programas voltados para os deficientes mentais graves e autistas; Carlin Moura em que solicita seja convidado o Sr. Lorival Soares Ribeiro, funcionário da Coteminas/Cotenor, a participar da reunião agendada em Montes Claros com o objetivo de debater sobre a demissão dos funcionários daquela empresa; da Deputada Rosângela Reis em que solicita sejam realizadas reuniões conjuntas, no Município de Ipatinga, com as seguintes Comissões: de Segurança Pública, para debater a segurança pública na Região Metropolitana do Vale do Aço e a situação dos servidores da área da segurança pública; de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater o planejamento das questões relativas ao transporte, comunicação e obras públicas em razão da efetivação da Região Metropolitana do Vale do Aço e as consequências no mercado de trabalho na região; e de Saúde, para debater a saúde pública na Região Metropolitana do Vale do Aço e a situação dos trabalhadores da área da saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Domingos Sávio, Presidente - Walter Tosta - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/2/2008

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Agostinho Patrús Filho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 607, 842, 1.581, 1.558, 1.612, 1.623, 1.635, 1.644, 1.667, 1.733/2007 (Deputada Gláucia Brandão); 1.780, 1.781, 1.785, 1.789, 1.820, 1.825, 1.840, 1.841, 1.846, 1.850 e 1.858/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 607, 842, 1.581, 1.558, 1.612, 1.623, 1.635, 1.644, 1.667, 1.733/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão); 1.780, 1.781, 1.785, 1.789, 1.820, 1.825, 1.840, 1.841, 1.846, 1.850 e 1.858/2007 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho), que receberam parecer por sua aprovação. O Presidente profere palavras de pesar pelo falecimento do ex-Presidente desta Casa, Deputado Agostinho Patrús. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Wander Borges.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/2/2008

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Eros Biondini e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Zezé Perrella, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 896/2007, no 2º turno para o qual designou relator o Deputado Eros Biondini. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.752/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Eros Biondini, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente - Cecília Ferramenta - Bráulio Braz - Eros Biondini.

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.830 a 1.837, 1.846, 1.847, 1.849, 1.854, 1.859 a 1.862 e 1.863/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja realizada reunião com o objetivo de conhecer a realidade da execução do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" em nosso Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Ademir Lucas, Presidente - Wander Borges - Padre João.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/2/2008

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD) e Delvito Alves (substituindo o Deputado Ruy Muniz, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Francisco José Nascimento, Chefe de Gabinete do Incra (21/2/2008); e Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (22/2/2008). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Engjëll Koliqi, Embaixador de Kosova, e a Sra. Vera Lúcia Alves Neves, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.839/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Neider Moreira, em que solicita que esta Comissão tome providências para a apuração de denúncia de tortura praticada em Montes Claros, possivelmente por parte de policiais militares, contra Diego Silva; Carlin Moura, em que pleiteia seja solicitada ao Secretário de Defesa Social cópia do inquérito policial e do laudo da perícia técnica referentes às mortes de oito detentos na cadeia pública de Rio Piracicaba, em 19/1/2008; João Leite (7), em que solicita seja formulado apelo à BHTRANS com vistas a que elabore estudos sobre a possibilidade de transferência de ponto de parada de ônibus da linha 305 - Mangueira/Estação Diamante; seja formulado apelo ao Cartório da 8ª Câmara Cível - Unidade Goiás - do TJMG com vistas a que agilize a conclusão do inquérito nº 1.0000.07.458484-8/001, em que consta como agravante o Sr. Imar Glicério Pinto; seja formulado apelo ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região com vistas a que agilize o andamento do processo nº 1999.38.00.021265-7, em nome do apelante André Luis Orsine Santos; seja formulado apelo à Promotoria de Justiça da Comarca de Ribeirão das Neves com vistas a que estude a viabilidade de reabertura do procedimento para apuração do caso apresentado pelo Sr. Marcone Geraldo Teixeira do Carmo; seja formulado apelo ao Ministério da Justiça com vistas a que analise a documentação apresentada a esta Comissão pelo Sr. Sebastião Alexandre Ramos, com a apresentação de sugestões para a redução dos acidentes de trânsito e maior responsabilização dos condutores; seja formulado apelo ao Secretário de Estado de Defesa Social com vistas a que analise a documentação apresentada a esta Comissão pelos Srs. Wesley dos Santos Silva, Wesley Soares Lacerda e Leonardo Carlos dos Anjos Martins, em que solicitam a revisão da rescisão de seus contratos de trabalho como agentes de segurança penitenciária e a recondução para o exercício de suas funções; seja formulado apelo à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo com vistas a que tome providências para garantir a devolução à Sra. Maxilene Bacelar Mendes e ao seu companheiro, José Carlos Souza Rodrigues, dos pertences que foram retirados do local onde moravam e outras providências que menciona; João Leite e Delvito Alves (2), em que solicitam seja formulado apelo à Presidência da República com vistas ao reconhecimento de Kosova como país autônomo; e seja encaminhada ao parlamento da República de Kosova manifestação de apoio à independência desse país. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - Paulo Guedes.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia para as 9 e as 14 horas do dia 10/3/2008, destinadas à realização do ciclo de debates "Licenciamento ambiental".

Palácio da Inconfidência, 7 de março de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer SOBRE Os PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DE POSSE DE TERRAS DEVOLUTAS DO ESTADO A QUE SE REFERE A MENSAGEM Nº 140/2007

Relatório

O Governador do Estado, no uso da competência que lhe confere o inciso V do art. 90 da Constituição do Estado, enviou a esta Casa, por intermédio da mensagem em epígrafe, 17 processos administrativos de legitimação de posse de terra devoluta rural do Estado

A mensagem foi publicada no "Diário do Legislativo" de 6/12/2007 e distribuída a esta Comissão, nos termos dos arts. 188 e 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Em observância às regras emanadas da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, compete a este órgão colegiado, nesta fase preliminar dos trabalhos, examiná-la quanto aos pressupostos legais.

Fundamentação

Por intermédio da Mensagem nº 140/2007, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa 17 processos de legitimação de lotes de terras devolutas rurais, situadas nos Municípios de Indaiabira, Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, todos com área superior a 100ha e devidamente instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter-MG -, autarquia vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária.

O inciso XXXIV do art. 62 da Constituição do Estado atribui à Assembléia Legislativa a competência privativa de aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de terra pública, com as seguintes ressalvas: a) a legitimação de terras devolutas situadas no perímetro urbano ou na zona de expansão urbana, com área limitada a 500m² e 2.000m², respectivamente; b) a alienação ou a concessão de terra pública previstas no plano de reforma agrária estadual aprovado em lei; c) a concessão gratuita do domínio de área devoluta rural não superior a 50ha a quem cumpra os requisitos constitucionais; d) em ação judicial discriminatória, limitada a área de 250ha, cumprida sua função social, nos termos do art. 186 da Constituição Federal, e devolução, pelo ocupante, da área remanescente; e e) a alienação ou a concessão de terras públicas e devolutas rurais com área de até 100ha.

Cabe observar, ainda, que o § 6º do art. 247 permite a alienação de terra devoluta rural, por compra preferencial, até a área de 250ha "a quem torná-la economicamente produtiva e comprovar sua vinculação pessoal com ela". Isso significa que o posseiro, considerado individualmente, poderá legitimar gleba com área de até 250ha, mesmo que o respectivo processo administrativo, instruído pelo Iter, trate também de legitimação de posse de demais beneficiários e o somatório das áreas das glebas - sempre contíguas - ultrapasse o limite constitucional de 250ha. Esse órgão assim procede tendo em vista alcançar economia processual, o que é razoável e não entra em conflito com os preceitos constitucionais e legais que regem a matéria.

Assim o fez com relação ao processo que trata de gleba com área de 492,6405ha situada na Fazenda Cavada, no Município de Indaiabira, cujos posseiros são em número de dez, sem levar em conta os cônjuges, resultando, portanto, dez lotes de terra de 49,2640ha cada um. Entretanto, sendo cada área inferior a 100ha, a legitimação de sua posse individual está desobrigada de prévia autorização legislativa, conforme estipulado pelo art. 62, XXXIV, "b", da Carta mineira. Em vista disso, desconsideramos, para o fim da mensagem em análise, o aludido processo.

Eslareça-se que a tramitação dos demais processos se fará mediante o disposto no art. 30, § 3º, da Lei nº 11.020, de 1993, com a redação dada pela Lei nº 12.416, de 1996, os quais estão desprovidos de quaisquer vícios jurídicos.

Diante dessas considerações, apresentamos projeto de resolução, redigido ao final deste parecer, que aprova as devidas alienações, conforme preceitua a mencionada decisão normativa, com os necessários acertos de nome e área em alguns casos, em conformidade com os respectivos autos de processos administrativos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela apresentação de projeto de resolução, a seguir formalizado.

Sala das Comissões, 4 de março de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Getúlio Neiva - Padre João.

Projeto de Resolução

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº , de de de 2007)

Nº	Requerente	Denominação	Município	Área(ha)
1	Antônio Assis Martins	Fazenda Buraquinho	Rio Pardo de Minas	200,5037
2	Antônio José da Silva e outros	Fazenda Riacho da Areia	Montezuma	163,3242

3	Carlos Humberto Martins	Fazenda Pedra Quebrada	Montezuma	177,6707
4	Espólio de Antônio Alves Sobrinho	Fazenda Água Fria/Buraco	Vargem Grande do Rio Pardo	133,8359
5	Espólio de Avelino Pereira da Silva	Fazenda Casa Nova	Montezuma	118,6961
6	Espólio de Clemente Rodrigues Gomes	Fazenda Pau d'Óleo	Rio Pardo de Minas	110,3492
7	Espólio de Florentino Bispo	Fazenda Curralinho	Rio Pardo de Minas	101,8578
8	Espólio de Isabel Alves Pereira dos Santos	Fazenda Contendas/Boa Vista	Vargem Grande do Rio Pardo	108,5021
9	Espólio de Joaquim Luiz de Oliveira	Fazenda São Camilo	Rio Pardo de Minas	160,4973
10	Espólio de Luiza Dias de Oliveira	Fazenda Mestiça	Rio Pardo de Minas	132,5774
11	Espólio de Merquides Quirino Costa	Fazenda Tingui	Rio Pardo de Minas	127,3822
12	Milton de Almeida Sobrinho	Fazenda Cantinho	Vargem Grande do Rio Pardo	105,1281
13	Orlando Sant'Ana Afonso	Fazenda Cabeceira do Aidópolis	Rio Pardo de Minas	140,0095
14	Pedro Nogueira de Aguiar	Fazenda São Joaquim	Rio Pardo de Minas	182,5074
15	Sebastiana Soares e outros	Fazenda Carrapato	Indaiabira	112,0796
16	Valneide Luiza Mendes	Fazenda Vargem Grande	Rio Pardo de Minas	112,4560

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.024/2008

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Mineira dos Institutos de Previdência Municipal do Estado de Minas Gerais – Amiprem –, com sede no Município de domicílio de seu presidente.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.024/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Mineira dos Institutos de Previdência Municipal do Estado de Minas Gerais, que tem por finalidade fortalecer o potencial administrativo, técnico, operacional e financeiro dos institutos a ela filiados, assim contribuindo para o desempenho das suas políticas de previdência, assistência e seguridade social. Em vista disso, presta serviços de consultoria técnica, administrativa, financeira, atuarial e jurídica, orientando quanto ao cumprimento das normas que regem as atividades do setor previdenciário e de seguridade. Realiza pesquisas, estudos, cursos e outros eventos sobre temas e conteúdos relacionados com os seus objetivos estatutários.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.024/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

Weliton Prado, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.558/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.558/2007, de autoria do Deputado Célio Moreira, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Hermom, com sede no Município de Contagem, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.558/2007

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Hermom, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Hermom, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Agostinho Patrús Filho.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.623/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.623/2007, de autoria do Deputado Sebastião Helvécio, que declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio aos Toxicômanos Anônimos de Juiz de Fora – Nata –, com sede no Município de Juiz de Fora, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.623/2007

Declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio aos Toxicômanos Anônimos de Juiz de Fora – Nata –, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Apoio aos Toxicômanos Anônimos de Juiz de Fora – Nata –, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Agostinho Patrús Filho.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.635/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.635/2007, de autoria do Deputado Delvito Alves, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica de Reabilitação Força para Viver, com sede no Município de Unai, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.635/2007

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica de Reabilitação Força para Viver, com sede no Município de Unaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica de Reabilitação Força para Viver, com sede no Município de Unaí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Agostinho Patrús Filho.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.789/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.789/2007, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Casa de Recuperação e Reintegração Social Renascer, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.789/2007

Declara de utilidade pública a Casa de Recuperação e Reintegração Social Renascer, com sede no Município de Conceição dos Ouros.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Casa de Recuperação e Reintegração Social Renascer, com sede no Município de Conceição dos Ouros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrús Filho, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.820/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.820/2007, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais – SOS de Cláudio-MG –, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.820/2007

Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais – SOS de Cláudio-MG –, com sede no Município de Cláudio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais – SOS de Cláudio-MG –, com sede no Município de Cláudio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrús Filho, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.825/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.825/2007, de autoria do Deputado Walter Tosta, que declara de utilidade pública a Creche Santa Sofia, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.825/2007

Declara de utilidade pública a Creche Santa Sofia, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Creche Santa Sofia, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrús Filho, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.840/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.840/2007, de autoria do Deputado Ademir Lucas, que declara de utilidade pública o Centro Infantil e Social Pequeno Príncipe, com sede no Município de Contagem, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.840/2007

Declara de utilidade pública o Centro Infantil e Social Pequeno Príncipe, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Infantil e Social Pequeno Príncipe, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrús Filho, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.841/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.841/2007, de autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., que declara de utilidade pública a Associação Dias Melhores, com sede no Município de Alfenas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.841/2007

Declara de utilidade pública a Associação Dias Melhores, com sede no Município de Alfenas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Dias Melhores, com sede no Município de Alfenas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrús Filho, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.846/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.846/2007, de autoria do Deputado Dimas Fabiano, que declara de utilidade pública a Associação Antialcoólicos de Campo Belo, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.846/2007

Declara de utilidade pública a Associação Antialcoólica, com sede no Município de Campo Belo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Antialcoólica, com sede no Município de Campo Belo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrús Filho, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.850/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.850/2007, de autoria do Deputado Lafayette de Andrada, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade do João Dias – Amadias –, com sede no Município de Catas Altas da Noruega, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.850/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade do João Dias – Amadias –, com sede no Município de Catas Altas da Noruega.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade do João Dias – Amadias –, com sede no Município de Catas Altas da Noruega.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrús Filho, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.858/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.858/2007, de autoria da Deputada Elisa Costa, que declara de utilidade pública a Associação Regional dos Servidores da Polícia Civil da 5ª DRSP-MG, com sede no Município de Governador Valadares, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.858/2007

Declara de utilidade pública a Associação Regional dos Servidores da Polícia Civil da 5ª DRSP-MG, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional dos Servidores da Polícia Civil da 5ª DRSP-MG, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Agostinho Patrús Filho, relator - Gláucia Brandão.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de repúdio pelo tratamento dado aos recrutas no período de prestação do serviço militar, conforme denúncia do Sr. Leonardo Emílio dos Anjos, a ser encaminhada ao Comando da 4ª Região Militar (Requerimento nº 1.458/2007, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Unimontes pelo apoio dado ao convênio de cooperação técnica firmado entre a Fundação Ezequiel Dias - Funed - e a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig -, visando à capacitação e qualificação de servidores da área de saúde (Requerimento nº 1.829/2008, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Albertina pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.830/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Inconfidentes pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.831/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Conceição das Pedras pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.832/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Consolação pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.833/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Piranguçu pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.834/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Marmelópolis pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.835/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de São Sebastião da Bela Vista pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.836/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Ouro Fino pelo 259º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.837/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, por ter recebido o Prêmio da Capes, na categoria saúde coletiva (Requerimento nº 1.843/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Caldas pelo 185º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.846/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Eli dos Reis Custódio, Presidente da Câmara Municipal de Vazante, por ter restituído à Prefeitura Municipal, no exercício de 2007, o saldo financeiro dos recursos orçamentários destinados àquele órgão, no valor de R\$460.774,76 (Requerimento nº 1.847/2008, do Deputado Delvito Alves);

de congratulações com a comunidade de Presidente Juscelino pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.849/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Clínica Ammor pelas comemorações dos seus 19 anos de fundação (Requerimento nº 1.850/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Esporte Clube Democrata - ECD -, de Governador Valadares, por seu 76º aniversário de fundação (Requerimento nº 1.851/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais por seu 75º aniversário de fundação (Requerimento nº 1.852/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Fundação Caio Martins - Fucam - por seu 60º aniversário de criação (Requerimento nº 1.853/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de congratulações com a comunidade de Caeté pelo 294º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.854/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de congratulações com a comunidade de Arantina pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.859/2008, do Deputado Dimas Fabiano);

de congratulações com a comunidade de Inimutaba pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.860/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Datas pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.861/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Monjolos pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.862/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Santo Antônio do Itambé pelo 45º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.863/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Juiz Federal Diretor do Foro, Sr. Eduardo José Corrêa, pela passagem dos 40 anos da Justiça Federal de Minas Gerais (Requerimento nº 1.865/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais pela inauguração do Centro de Referência dos Professores, em Belo Horizonte (Requerimento nº 1.899/2008, da Comissão de Educação).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/3/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Maria Lúcia Mendonça

exonerando, a partir de 7/3/08, Joao Henrique Moreira de Faria do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2007

CONVITE Nº 9/2007

Objeto: contratação de empresa de engenharia, devidamente registrada no Crea, com o objetivo de elaborar levantamento cadastral, projeto de reforma e acompanhamento da implementação das redes hidrossanitária e pluvial do Palácio da Inconfidência.

Licitante classificada: Ipê Consultoria e Projetos Ltda.

Belo Horizonte, 7 de março de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 24/3/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo como finalidade a aquisição de envelopes.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 7 de março de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Brisa Locadora Ltda. Objeto: locação de veículos a gasolina, com motores 1.6 ou 2.0, pelo sistema de diárias, sem motorista, com quilometragem livre para cada diária, incluindo seguro total, por conta da contratada, sem ônus de franquia para a contratante. Objeto deste aditamento: 3ª prorrogação contratual, sem reajuste de preços, e indicação do gestor do contrato. Vigência: 12 meses a partir de 23/2/2008. Dotação orçamentária: 339039.